

COMISSÃO DE CULTURA
REQUERIMENTO Nº DE 2021
(Da Sra. ÁUREA CAROLINA)

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Cultura para debater temas relacionados à Lei Aldir Blanc.

Senhora Presidenta,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública da Comissão de Cultura para debater temas relacionados à Lei Aldir Blanc.

Requeiro, por fim, que sejam convidados para participar desta Audiência Pública as seguintes autoridades e representações do setor:

- Sr. Mário Frias - Secretário Especial da Cultura do Ministério do Turismo
- Úrsula Vidal - Presidenta do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura;
- Representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados;
- Guilardo Veloso - Representante do Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais ;
- Sinara Teles - Representante da COOPINMINAS - Cooperativa de Trabalhadores do Teatro de Minas Gerais;
- Representante da Comissão Estadual de Pontos de Cultura de Minas Gerais;
- Gabriel Portela - Secretário Adjunto de Cultura de Belo Horizonte;

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, importante instrumento de apoio emergencial para trabalhadores e entidades do setor cultural durante a pandemia, aprovada no ano de 2020 pelo Congresso Nacional, ainda está em processo de execução pelos entes federativos, que têm encontrado inúmeros obstáculos para fazer chegar o socorro financeiro a quem é de direito.

Segundo carta do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura dirigida ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arhur Lira, *“Em levantamento realizado entre os membros deste colegiado, apuramos um total de R\$222.836.208,02 represados nas contas dos Estados. Estimamos que haja pelo menos o dobro deste valor na conta de Municípios que não executaram a totalidade dos recursos, em função das limitações causadas pelo período eleitoral. O cenário pandêmico permanece e se agrava, a cada dia. Este recurso precisa chegar aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, que tanto lutaram pela aprovação desta Lei e que continuam em situação de extrema vulnerabilidade.”* Circulam ainda, dados que indicam que dos R\$ 3 bilhões destinados pela Lei Aldir Blanc podem haver R\$ 1,2 bilhão sem execução autorizada pelo Governo Federal.

Frente a este contexto é que justificamos a realização da referida Audiência Pública, para a qual solicitamos o apoio dos colegas parlamentares na aprovação de seu requerimento.

Sala das Comissões, em 15 de março de 2021.



Áurea Carolina

Deputada Federal - PSOL/MG